



Planejamento urbano, agroecologia e circuitos curtos na região metropolitana de Curitiba: mapeando outras estratégias espaciais

Urban planning, agroecology and short circuits in the Metropolitan Region of Curitiba: mapping another spatial strategies

BALLAROTTI, Maria Luiza¹; ANDREOLI, Marcelo Caetano²
¹ UFPR, au.maluballarotti@gmail.com; ² UFPR, marcelocandreoli@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: O presente artigo busca construir a relação entre planejamento territorial, circuitos curtos e agroecologia, por meio da adaptação do método geográfico, proposto por Josué de Castro. O recorte territorial deste trabalho é a Região Metropolitana de Curitiba, bem como a análise de seus planos de segurança alimentar e urbanísticos. Os conceitos de segurança e soberania alimentar pautam a discussão apresentada nas páginas deste artigo, pois, sustentam a necessidade de ampliar e complexificar as estratégias atuais dos planos urbanos para além de perspectivas tecnocráticas e funcionalistas. Assim, se faz imperativo compreender os sistemas agroalimentares como condição infraestrutural da vida nas cidades, cuja existência depende da manutenção e qualificação do continuum socioespacial que se produz na relação entre urbanidades e ruralidades.

Palavras-chave: planejamento urbano; planejamento agroecológico; cidade sustentável.

Introdução

O atual modelo de abastecimento agroalimentar, baseado nas longas distâncias, é resultado de uma complexa equação que percebe o alimento enquanto mercadoria (COSTA, 2021). Essa lógica submete os processos alimentares aos objetivos econômicos do mercado e, assim, o acesso à comida passa a ser controlado por dinâmicas capitalistas globais de valorização.

Se por um lado os circuitos longos conseguiram diversificar o acesso a produtos, pela ampliação dos canais de comercialização, por outro, observa-se a crescente fragilização das produções locais, a ampliação das cadeias produtivas, a desvalorização das culturas alimentares ancestrais e, paradoxalmente, o aumento da insegurança alimentar (ROVER; DAROLT, 2021).

A partir deste paradoxo, observado pelo sistemático crescimento da insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022) apesar do aumento na produção, o presente artigo pretende discutir alternativas aos circuitos produtivo-distributivos longos com base na dimensão socioespacial, compreendendo que a urgente demanda por circuitos curtos necessita conjuntamente uma inteligência espacializada, cuja articulação poderá ocorrer no âmbito do planejamento territorial.



Uma perspectiva territorializada acerca do sistema alimentar faz-se fundamental para a proposição de estratégias de produção e distribuição que se adaptam conforme características específicas de cada região. Na busca por uma alternativa às cadeias longas, os circuitos alimentares curtos surgem como uma possibilidade de articulação de redes locais, “ocupando espaços deixados pelo sistema convencional e propondo inovações nas formas de abastecimento alimentar” (ROVER; DAROLT, 2021; p. 27). Buscando compreender e questionar o modelo vigente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), tomada como recorte de estudo, a pesquisa se propõe a investigar as características da produção agrícola da região, bem como os espaços ocupados pela população que passa fome, e avaliar as estratégias aplicadas atualmente com relação à questão alimentar. Com base nessas informações é possível pensar alternativas para a região, fundamentadas nos circuitos curtos, de modo a criar formas de produção e consumo “mais adequadas às aspirações de uma nova relação sociedade-natureza” (NIEDERLE, 2013).

Metodologia

Para a construção de uma análise territorial da Metrópole de Curitiba, foi aplicado um método fundamentado no geoprocessamento - uma adaptação do método geográfico, de Josué de Castro. Para o autor (1984), o fenômeno da fome deveria ser analisado diante da influência do território para que pudesse ser compreendido em sua total multidisciplinaridade. Tomando as premissas desta metodologia como centrais na discussão, o trabalho foi estruturado em algumas diretrizes investigativas e correspondentes variáveis, com o intuito de gerar um panorama do recorte em estudo. Assim, a elaboração de mapas que cruzam variáveis diversas, relacionadas às características produtivas, ao quadro socioeconômico local e às estratégias implementadas pelo poder público na promoção de segurança alimentar, possibilitou a caracterização da RMC do ponto de vista das dinâmicas alimentares em vigor.

Resultados e Discussão

Diante disso, o mapeamento revelou questões que podem ser verificadas no mapa síntese da FIGURA 1. A RMC, composta por 29 municípios, apresenta uma mistura entre tipologias urbanas e rurais. A mancha de urbanização é mais presente nos 14 municípios que fazem parte do Núcleo Urbano Central (NUC) - conforme afasta-se dessa área, a porcentagem de população rural se torna mais significativa. Com isso, a produção rural também ganha destaque. Em 15 dos 29 municípios, os estabelecimentos de agricultura familiar representam mais de 50% da produção agrícola, sendo que os produtos desse modelo de cultivo são, em geral, típicos do abastecimento interno, como frutas e hortaliças. É significativa a produção de orgânicos, que se mostra concentrada em municípios onde são predominantes os estabelecimentos agrícolas de caráter familiar. Também são relevantes os cultivos de comunidades quilombolas e de assentamentos da reforma agrária, cujos



produtos são destinados para a subsistência e para ações solidárias, e os excedentes, para a venda por meio de cestas sob encomenda e feiras.

Apesar da produção agrícola ser bastante expressiva, existe uma desarticulação entre a produção e os equipamentos de distribuição - como as feiras e os armazéns da família, por exemplo. Os armazéns da família são parte do programa estadual de venda de alimentos a preços populares - na RMC, eles estão presentes em apenas 3 municípios: São José dos Pinhais, Agudos do Sul e Curitiba (que concentra a imensa maioria). Por mais que estejam bem distribuídos pela malha urbana da capital, os armazéns não têm uma abrangência efetiva. Isso acontece por conta das limitações no horário de funcionamento, que é muito restrito ao período comercial, fazendo com que o atendimento aos trabalhadores seja limitado.

Já as feiras livres, que aparecem tanto em Curitiba quanto em outros municípios do NUC e em Tijucas do Sul, costumam funcionar em horários mais variados, como nos períodos noturnos ou nos fins de semana. Mesmo com uma janela de atendimento maior, as feiras são mais caras, o que se coloca como obstáculo para o acesso das populações de baixa renda - de acordo com o relatório de preços do Governo do Paraná, de 2023, o preço por quilo da banana foi de, em média, R\$4,60 nos comércios de varejo, enquanto o preço médio das feiras, para o mesmo produto, foi registrado em R\$5,32 - a versão orgânica, ainda mais cara, atingiu uma média de R\$5,71. Outra questão é que as feiras livres, que poderiam servir como meio de escoamento da produção local, são abastecidas majoritariamente por produtos do CEASA, funcionando ainda dentro da lógica dos circuitos longos.

As ações do poder público para a promoção da segurança alimentar são limitadas, utilizando, inclusive, o programa de hortas urbanas como uma principal política de produção e aquisição de alimentos. No entanto, quando as hortas comunitárias são mapeadas, em contraste com as características dos territórios onde estão localizadas, é possível perceber uma coincidência com áreas onde a vulnerabilidade social é mais alta e classificadas como desertos alimentares.

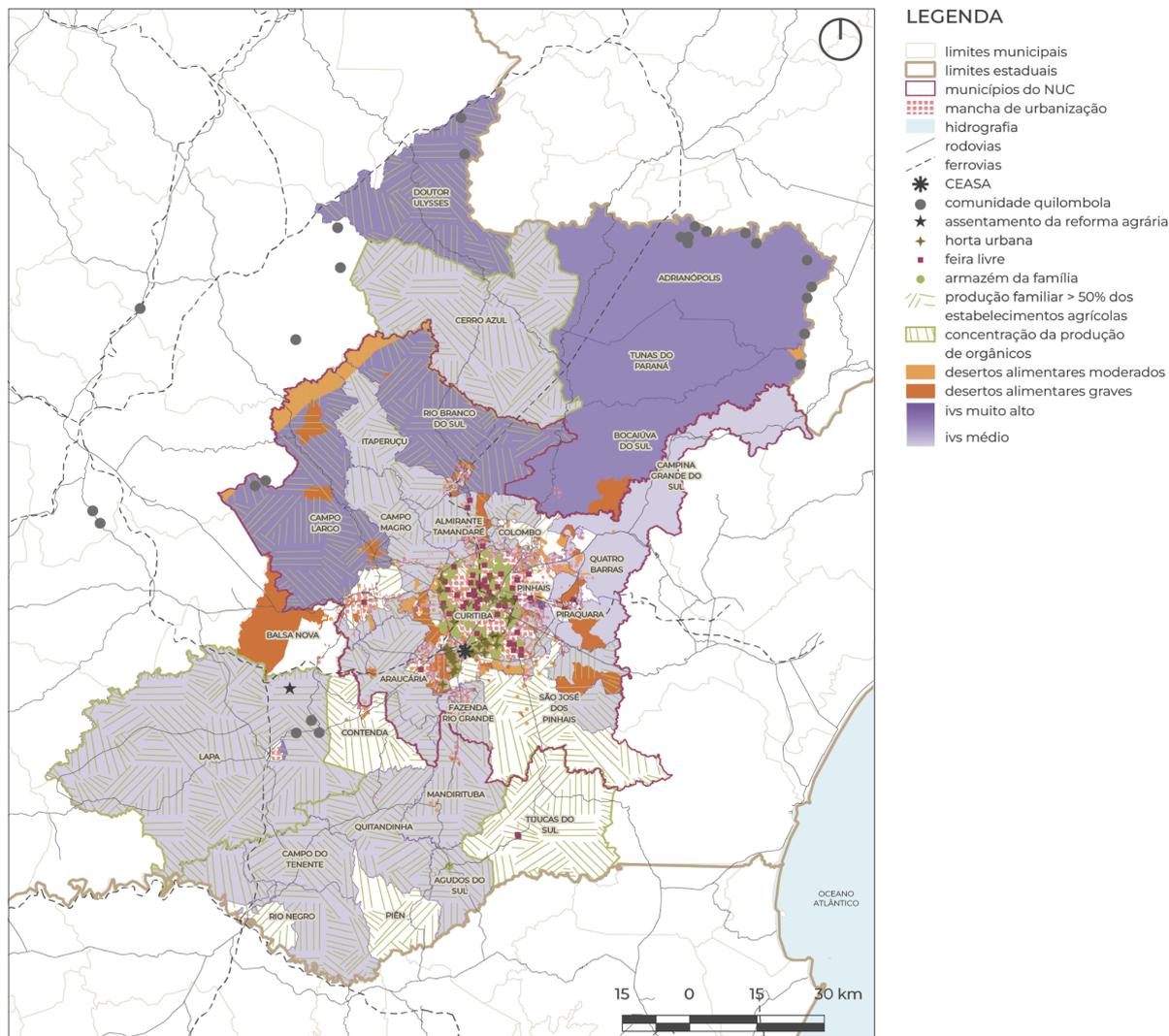


FIGURA 1 - Mapa da Região Metropolitana de Curitiba, interfaces com pesquisa.
 FONTE: Os autores (2023) com base em IBGE (2017), INCRA (2022), IPEA (2015), IPPUC (2023), LIMA (2022), MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2022).

Há que se levar em consideração que as métricas utilizadas para a aferição dos índices de vulnerabilidade dialogam com as formas de vida urbanas, mas pouco conseguem se inserir em uma perspectiva de ruralidade, pois as variáveis levadas em conta são: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho . Neste sentido, pensar a partir dos territórios é também um exercício de redesenho de parâmetros capazes de refletirem formas de vida autóctones e dignas, muito mais do que métricas deslocadas e descontextualizadas.

Por fim, é necessário compreender que na medida em que a urbanização aumenta, também se ampliam os confrontos entre dinâmicas imobiliárias rentistas, cujo objetivo é a extração da renda da terra e menos da produção rural. Assim, mapear as condições produtivas da RMC é um exercício de compreensão de um fenômeno em movimento, cujos efeitos podem resultar na vulnerabilização socioeconômica de



inúmeras pequenas propriedades rurais, diante das forças imobiliárias que atuam a partir dos movimentos de acumulação por despossessão (HARVEY, 2003).

Conclusões

O presente artigo buscou articular algumas reflexões acerca da relação entre planejamento territorial e circuitos alimentares curtos, sobretudo a partir da agroecologia como horizonte emancipatório das lógicas de mercantilização da alimentação. Se, assim como falam Perez-Cassarino e Ferreira (2013, p. 177), “uma das vertentes mais relevantes da agroecologia afirma que a principal finalidade da estratégia agroecológica encontra-se centrada na busca pela promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional”, compreendemos, também, que deve ser na chave da agroecologia que o planejamento urbano pode ser pensado.

Neste sentido, os mapas são ferramentas fundamentais para a compreensão do continuum socioespacial que constrói a complexidade territorial da RMC. Pois, por meio do mapeamento são expostas as limitações de uma cidade que pensa o planejamento de forma pouco articulada com as dinâmicas que subvertem os limites administrativos municipais. O sistema agroalimentar possui idiosincrasias que excedem as noções tecnocráticas que ainda guiam os planejamentos urbanos territoriais, afinal, tensionam diálogos que desestabilizam noções conceituais (como urbano e rural, campo e cidade, natureza e cultura) e, sobretudo, orientam para reflexões sobre outros modos de vida.

O exercício de pensar a introdução da agroecologia no planejamento urbano é um esforço heterodoxo, que entende a incapacidade atual de subsistência alimentar puramente na escala das cidades. Assim, buscam-se, portanto, alternativas factíveis que compreendam as escalas de produção e distribuição pela articulação em rede; ao mesmo tempo em que se questionam as formas de distribuição alimentar pautadas majoritariamente por meio de grandes redes varejistas, o que, no limite, implica na reafirmação da alimentação como mercadoria. Esse artigo se confirma, então, como uma denúncia aos planos diretores, enquanto principais instrumentos da política territorial urbana e ausentes da discussão sobre a produção agroalimentar, assim como sobre a própria epistemologia do que compreendemos como urbano enquanto limitação do campo imaginativo para pensar soluções, diante das complexidades socioespaciais que compõem a nossa organização social contemporânea.

Referências bibliográficas

COSTA, Joaquim Gonçalves da. **Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política e utópica**. 1ª edição, Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto (org.); ROVER, Oscar José (org.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. P. 143-151.



HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

PEREZ-CASSARINO, Juan; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: Uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia**. Curitiba, PR, 2013, p. 171 - 213.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017 - Informativos**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html. Acesso em: mai. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Geodownloads**. Disponível em: <https://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>. Acesso em: mai. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - Biblioteca**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/biblioteca>. Acesso em: mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos - Relação de Projetos**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: mai. 2023.

LIMA, Marina Sutile de. **Desertos alimentares em Curitiba: espacialização do fenômeno na metrópole**. 2022. 205 p.. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: mai. 2023.

NIEDERLE, Paulo André. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 4–7, 2013.

REDE PENSSAN. **Olhe para a Fome: Pesquisas Sanitárias sobre Insegurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: jun. 2023.